



TOLEDOPREV

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO FAPES

ATA Nº 019/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos quinze dias do mês de julho de 2026, às nove horas, na Sala de Reuniões da Secretaria da Fazenda, localizada no Paço Municipal Alcides Donin, Rua Raimundo Leonardi, nº 1586, centro, Toledo, PR, reuniram-se, os membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (TOLEDOPREV), nomeados pela Portaria nº 113, de 3 de fevereiro de 2025, para reunião ordinária. Estiveram presentes os membros: Leandro Marcelo Ludvig, Presidente do Conselho de Administração; Roseli Fabris Dalla Costa, Diretora-Executiva do TOLEDOPREV; Rosângela de Farias Cordeiro, Contadora; e Tatiane Mendes Berto da Silva, Representante dos Segurados. Ausência registrada Jaldir Anholetto, Presidente do Conselho Fiscal. A pauta da reunião incluiu os seguintes assuntos: **1) Análise do Cenário Macroeconômico; 2) Apresentação da Carteira de Investimentos, com posição em 30 de junho de 2026; 3) Análise da performance dos investimentos; 4) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação; 5) Avaliação da Execução Orçamentária e análise do Fluxo de Caixa referente ao mês de junho de 2026; 6) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos; 7) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV – posição de junho de 2026.** A Diretora Executiva do TOLEDOPREV, Roseli, deu início à reunião agradecendo a presença de todos e, na sequência, passou-se à análise dos itens da pauta. **1) Análise do Cenário Macroeconômico;** O Comitê analisou o Relatório Macroeconômico referente a julho de 2026, elaborado pela i9 Advisory. No cenário internacional, destacou-se a redução das tensões no Oriente Médio e o retorno dos preços do petróleo aos níveis anteriores ao conflito, diminuindo o risco de um choque energético mais persistente. Com isso, a atenção dos mercados voltou-se para a persistência da inflação e para a postura mais restritiva dos principais bancos centrais, especialmente do Federal Reserve, enquanto o Banco Central Europeu passou a avaliar por quanto tempo deverá manter os juros em patamar elevado. Nos Estados Unidos, a atividade econômica permaneceu resiliente, sustentada pelo consumo, pelos investimentos relacionados à inteligência artificial e pelo impulso fiscal, embora a inflação continue acima da meta de 2%, limitando a possibilidade de redução dos juros no curto prazo. Na Área do Euro, observou-se crescimento moderado, mercado de trabalho firme e evolução mais favorável da inflação. A economia chinesa, por sua vez, manteve crescimento apoiado na indústria, tecnologia e exportações, apesar da fragilidade do setor imobiliário e da demanda interna. No ambiente doméstico, a economia brasileira continuou demonstrando resiliência, especialmente nos setores de serviços e indústria, bem como no mercado de trabalho, cuja taxa de desemprego permaneceu próxima da mínima histórica. A projeção de crescimento do Produto Interno Bruto para 2026 foi revisada para aproximadamente 2%. Entretanto, o cenário inflacionário permaneceu desafiador, com o IPCA acumulado em doze meses alcançando 4,64% em junho, ainda acima do limite superior da meta, embora o resultado mensal tenha apresentado composição ligeiramente mais favorável. Também foram ressaltados os riscos relacionados à inflação de serviços, ao mercado de trabalho aquecido, aos possíveis efeitos climáticos do El Niño, à dinâmica cambial e aos estímulos fiscais. No âmbito fiscal, verificou-se expansão das despesas públicas, aumento do déficit primário e elevação das dívidas líquida e bruta do setor público, fatores que continuam exercendo pressão sobre as expectativas econômicas e sobre a curva de juros. Quanto à política monetária, o Comitê de Política Monetária reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,25% ao ano, na reunião de junho. Apesar da possibilidade de nova redução na reunião seguinte, o

relatório avalia que os fundamentos econômicos tornam pouco sustentável a continuidade do ciclo de cortes, considerando a atividade resiliente, o hiato do produto positivo, a inflação acima do teto e a desancoragem das expectativas. Em relação aos mercados financeiros, no mês de junho o CDI e o IMA-S apresentaram rentabilidade de 1,12%, enquanto o IMA-B registrou resultado negativo de 1,04%. O Ibovespa recuou 1,01%, o dólar valorizou-se 2,37% e os índices internacionais convertidos em reais apresentaram resultados distintos, com alta de 1,54% no MSCI World e de 1,28% no S&P 500, enquanto o Nasdaq recuou 0,51%. Diante do cenário apresentado, ressaltou-se a importância da manutenção de postura prudente na gestão dos recursos, com acompanhamento contínuo das expectativas de inflação, da atividade econômica, da situação fiscal, da dinâmica cambial e das decisões dos bancos centrais, preservando-se a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a aderência dos investimentos à Política de Investimentos do TOLEDOPREV. **2) Apresentação e deliberação da Carteira de Investimentos, com posição em 30 de junho de 2026;** na sequência, foi apresentado o Relatório de Posição de Ativos e Enquadramento da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, elaborado pela empresa i9 Advisory, com data-base de 30 de junho de 2026. Conforme o relatório, a carteira de investimentos alcançou o montante de R\$ 870.638.783,85, distribuído entre os segmentos de renda fixa, com 84,66%; renda variável, com 4,86%; investimentos no exterior, com 2,14%; e investimentos estruturados, com 8,34%. Consideradas as disponibilidades financeiras, no valor de R\$ 380.895,03, o patrimônio consolidado totalizou R\$ 871.019.678,88. Quanto ao enquadramento por dispositivo da Resolução CMN nº 5.272/2025, verificou-se a alocação de 37,52% dos recursos no Artigo 7º, inciso I; 27,60% em Títulos Públicos do Tesouro Nacional, enquadrados no Artigo 7º, inciso III; 19,55% no Artigo 7º, inciso V; 1,22% no Artigo 8º, inciso I; 3,64% no Artigo 8º, inciso III; 1,42% no Artigo 9º, inciso II; 0,71% no Artigo 9º, inciso III; e 8,34% no Artigo 10, inciso I. Os percentuais apresentados permaneceram dentro dos limites quantitativos estabelecidos na Política Anual de Investimentos e dos limites legais aplicáveis. Foram igualmente apresentados os gráficos de alocação por artigo, estratégia de investimento e gestor. A distribuição por gestor demonstrou concentração de 56,97% dos recursos sob gestão da Caixa DTVM, seguida de 27,60% alocados diretamente em Títulos Públicos do Tesouro Nacional, 6,48% sob gestão do Itaú, 5,36% do Banco do Brasil, 2,89% da Rio Bravo e 0,71% da XP. Por estratégia, destacaram-se as alocações vinculadas ao CDI, com 48,60%, e ao IPCA, com 27,60%, seguidas das estratégias relacionadas ao S&P 500 em dólar, IMA-B 5, Global BDRX, IRF-M 1, MSCI ACWI em reais e Ibovespa. No mês de junho, a carteira apresentou rentabilidade consolidada de 0,86%, com resultado financeiro positivo de R\$ 7.412.216,38. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 6,75%, correspondendo a resultado financeiro de R\$ 54.408.198,37. Também foram apresentadas as rentabilidades individualizadas por artigo e por ativo, bem como as movimentações ocorridas no período, incluindo a aquisição de NTN-B com vencimento em 2045, no valor atualizado de R\$ 25.076.519,88. A análise de liquidez demonstrou que 70,24% dos recursos, equivalentes a R\$ 611.556.668,78, possuíam liquidez de até 30 dias; 0,78%, correspondentes a R\$ 6.828.821,51, apresentavam liquidez entre 31 e 365 dias; e 28,97%, equivalentes a R\$ 252.253.293,56, estavam alocados em ativos com prazo superior a 365 dias. Os percentuais acumulados de liquidez permaneceram superiores aos limites mínimos estabelecidos, evidenciando capacidade suficiente para o atendimento das obrigações previdenciárias e financeiras do RPPS. O Comitê registrou, contudo, as ressalvas constantes das observações do relatório. Conforme consulta ao perfil mensal disponibilizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, foram identificados fundos nos quais a participação de cotistas classificados como RPPS não atendia às condições previstas no § 2º do Art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, envolvendo os fundos Caixa Brasil Matriz Renda Fixa, Caixa Institucional BDR Nível I, FIA Caixa Consumo, Caixa Small Caps Ativo, Caixa Expert Vinci Valor Dividendos RPPS, Rio Bravo Proteção Portfólio, Caixa Indexa Bolsa Americana e Rio Bravo Proteção Dinâmico. Também foi registrado que as aplicações enquadradas nos Artigos 8º, inciso III, 9º, inciso II, e 9º, inciso III, são permitidas apenas aos RPPS que possuam, no mínimo, o Nível III de aderência ao Pró-Gestão RPPS. Considerando que as situações decorrem da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, aplica-se o tratamento previsto em seu Art. 27, segundo o qual os desenquadramentos passivos não

são considerados inobservância aos limites e requisitos da norma pelo prazo de até dois anos ou até o vencimento do ativo, permanecendo vedadas novas aplicações nos ativos ou segmentos em desconformidade durante o período de transição. Após a apresentação dos esclarecimentos e a análise das informações, o Comitê deliberou pela aprovação do relatório da Carteira de Investimentos, com posição em 30 de junho de 2026, determinando a continuidade do acompanhamento dos enquadramentos, da liquidez, da rentabilidade e das providências necessárias ao reenquadramento da carteira.

3) Análise da performance dos investimentos; prosseguindo, o Comitê analisou a performance da carteira consolidada com data-base de 30 de junho de 2026, verificando que, no acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 6,75%, ante 6,38% da meta atuarial, correspondente ao INPC acrescido de 5,81% ao ano, resultando em desempenho superior de 0,37 ponto percentual no período. No mês de junho de 2026, a carteira apresentou rentabilidade de 0,86%, acima da meta atuarial mensal de 0,61%, com resultado excedente de 0,25 ponto percentual. Nos horizontes de curto e médio prazo, a carteira também apresentou desempenho superior à meta atuarial. No período acumulado de três meses, a rentabilidade foi de 4,46%, frente à meta de 3,01%, representando resultado excedente de 1,45 ponto percentual. Em seis meses, o retorno foi de 6,75%, ante 6,38% da meta, com superação de 0,37 ponto percentual. No acumulado de doze meses, a carteira registrou rentabilidade de 14,72%, comparativamente à meta atuarial de 10,01%, apresentando desempenho superior de 4,71 pontos percentuais. Da mesma forma, os resultados acumulados em 24 meses, de 28,60%, e em 36 meses, de 42,88%, permaneceram acima das respectivas metas atuariais de 21,47% e 32,06%, com excedentes de 7,12 e 10,82 pontos percentuais, respectivamente. Em 48 meses, a carteira acumulou rentabilidade de 61,58%, ante a meta de 42,65%, superando-a em 18,93 pontos percentuais. O Comitê registrou, contudo, que, no horizonte de 60 meses, a rentabilidade acumulada da carteira foi de 61,35%, inferior à meta atuarial de 67,90%, resultando em diferença negativa de 6,55 pontos percentuais. Desde 31 de dezembro de 2019, a carteira acumulou rentabilidade de 72,44%, enquanto a meta atuarial atingiu 99,88%, permanecendo uma diferença negativa acumulada de 27,44 pontos percentuais. Ressaltou-se, assim, que os resultados recentes demonstram recuperação e desempenho favorável nos horizontes de até 48 meses, embora ainda permaneça defasagem quando considerado o período histórico mais amplo. Registrou-se, ainda, que a carteira superou a meta atuarial em 38 meses, equivalentes a 48,72% do histórico apurado, e permaneceu abaixo da meta em 40 meses, correspondentes a 51,28% do período analisado. A maior rentabilidade mensal registrada foi de 2,52%, em novembro de 2023, enquanto o menor resultado foi de -3,86%, em março de 2020. Conforme demonstrado nos gráficos de evolução da rentabilidade e do patrimônio líquido, a carteira manteve trajetória de crescimento patrimonial ao longo do período analisado, embora a rentabilidade acumulada permaneça abaixo da meta atuarial quando considerado o intervalo histórico desde 2019. O Comitê ressaltou, por fim, a necessidade de continuidade do acompanhamento da aderência da rentabilidade à meta atuarial, especialmente diante da persistência inflacionária, das oscilações nos mercados, das incertezas fiscais e geopolíticas e dos efeitos da manutenção das taxas de juros em níveis elevados sobre as diferentes classes de ativos.

4) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação; prosseguindo, o Comitê analisou o Relatório de Risco da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, elaborado pela i9 Advisory, com data-base de 30 de junho de 2026. Considerando horizonte de 21 dias e nível de confiança de 95%, o Value-at-Risk – VaR da carteira consolidada foi de R\$ 7.906.505,96, equivalente a 0,91% do patrimônio de R\$ 870.638.783,85, com volatilidade anualizada de 1,60%. Por segmento, foram apurados VaR de 0,27% para o Artigo 7º, 6,67% para o Artigo 8º, 8,40% para o Artigo 9º e 5,19% para o Artigo 10º, todos inferiores aos respectivos limites estabelecidos na Política de Investimentos. Na análise da matriz de correlação, calculada com base nos retornos diários dos últimos seis meses, verificou-se elevada correlação positiva entre ativos expostos aos mesmos fatores de risco, especialmente entre as NTN-B, cujos coeficientes se situaram, em sua maioria, próximos de 0,90 a 1,00, e entre fundos e índices de renda variável com estratégias semelhantes. Em contrapartida, foram observadas correlações baixas ou negativas entre determinadas estratégias de renda fixa, renda variável e investimentos no exterior, evidenciando benefícios de

diversificação, embora permaneça concentração de risco dentro de algumas classes de ativos. Após a análise, o Comitê tomou ciência dos indicadores e registrou que o risco consolidado permanece compatível com os limites da Política de Investimentos, ressaltando a necessidade de acompanhamento contínuo do VaR, da volatilidade, das correlações e da concentração por fatores de risco. **5) Avaliação da Execução Orçamentária e análise do Fluxo de Caixa referente ao mês de junho de 2026;** na sequência, foram apresentados os dados da execução orçamentária acumulada até junho de 2026 e do fluxo de caixa correspondente ao mês. No período, a arrecadação totalizou R\$ 89.555.824,38, equivalente a 35,13% da receita anual prevista, fixada em R\$ 254.951.390,69. A despesa executada alcançou R\$ 60.898.122,53, correspondente a 23,88% do orçamento autorizado, no valor de R\$ 255.051.390,69. Desse montante, R\$ 60.655.308,42 referem-se ao pagamento de aposentadorias e pensões, somando-se ainda as despesas com compensação previdenciária e com a manutenção administrativa da unidade gestora. Quanto ao fluxo de caixa de junho, os ingressos somaram R\$ 19.477.978,61, com destaque para as contribuições previdenciárias, no valor de R\$ 8.034.203,73, e para as receitas originárias, que totalizaram R\$ 7.325.945,98. Os desembolsos alcançaram R\$ 13.147.055,06, dos quais R\$ 10.293.137,29 corresponderam a despesas com pessoal e demais despesas correntes vinculadas à função Previdência Social. O resultado financeiro do mês foi positivo em R\$ 6.330.923,55, elevando o saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 817.143.902,99, em 31 de maio de 2026, para R\$ 823.474.826,54, em 30 de junho de 2026. Registrou-se, ainda, que, a partir de janeiro de 2026, os rendimentos das aplicações financeiras passaram a ser contabilizados em conformidade com a IPC 14 e com a Nota Técnica nº 35/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Em razão dessa alteração metodológica, os valores apresentados a partir de 2026 não são integralmente comparáveis aos registrados nos exercícios anteriores. Diante dos resultados, o Comitê constatou que a execução orçamentária e o fluxo financeiro do RPPS permanecem compatíveis com as obrigações previdenciárias do período, mantendo-se adequada capacidade de liquidez para o pagamento dos benefícios e para a gestão da carteira de investimentos. **6) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos;** o Comitê de Investimentos analisou e convalidou as movimentações de aplicações e resgates realizadas no período, registrando que, no mês de julho, foi mantida a estratégia de direcionamento dos recursos para o fundo Caixa Brasil Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo (CNPJ nº 05.164.356/0001-84). Roseli destacou que as decisões permaneceram alinhadas à estratégia de otimização das alocações, com foco na aderência à meta atuarial, sem elevação do nível de risco da carteira. Consignou-se, ainda, que os recursos ingressados no período, especialmente os oriundos de compensação previdenciária, de levantamento judicial e das contribuições dos servidores e patronal, continuaram sendo alocados no referido fundo, em razão de seu perfil conservador, de sua compatibilidade com as necessidades de liquidez do RPPS e de sua aderência à estratégia de alocação de curto prazo adotada pelo Comitê. Após análise técnica, o Comitê ratificou e aprovou as movimentações realizadas no fundo Caixa Brasil Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo (CNPJ nº 05.164.356/0001-84) conforme discriminado a seguir: **Na conta nº 575215351-0:** **a)** aplicação no valor de R\$ 7.776.656,28, referente a recursos provenientes das contribuições do servidor e patronal, competência junho de 2026; **b)** aplicação no valor de R\$ 5.991,92, referente a contribuição de servidor cedido e recursos proveniente de levantamento judicial; **c)** aplicação no valor de R\$ 963,73, referente a contribuição complementar de servidor licenciado. **Na conta nº 575215353-7:** **d)** aplicação no valor de R\$ 1.149.901,57, proveniente de recursos de compensação previdenciária; **e)** aplicação no valor de R\$ 86,39, proveniente de recursos de compensação previdenciária. Por fim, em continuidade ao deliberado na Ata nº 004/2026, referente à reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2026, e em consonância com a avaliação realizada em 16 de junho, o Comitê reexaminou a conveniência de manutenção dos recursos aplicados no fundo MS Global Opportunities Advisory FIF Investimento no Exterior. Registrou-se que, desde a aprovação da estratégia de desinvestimento, vêm sendo acompanhados o desempenho do fundo e as condições do mercado internacional, a fim de identificar o momento mais adequado para o resgate. Embora permaneça válida a decisão de desinvestir, o Comitê considerou que o cenário atual ainda não é favorável à sua execução, diante da

desvalorização acumulada das cotas no exercício de 2026, influenciada pela volatilidade dos mercados internacionais, pela manutenção de juros elevados nas principais economias e pelas oscilações dos ativos de tecnologia e de renda variável no exterior. Considerando os sinais recentes de recuperação parcial, deliberou-se pela manutenção temporária da aplicação, preservando-se a estratégia de desinvestimento para momento mais oportuno, preferencialmente após a recomposição da desvalorização registrada no exercício e a recuperação da cota em relação ao patamar do início do ano. A execução do resgate deverá observar o interesse previdenciário do RPPS, as condições do mercado internacional, os prazos de cotização e liquidação e as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, permanecendo vedadas novas aplicações no segmento enquanto perdurar o desenquadramento passivo decorrente da entrada em vigor da norma. **7) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV – posição de junho de 2026;** após avaliação dos indicadores de conformidade, rentabilidade, risco e aderência às diretrizes legais e internas, o Comitê de Investimentos deliberou pela emissão do Parecer nº 012/2026, por meio do qual se manifesta pela aprovação da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV quanto à sua conformidade e ao desempenho apresentado no período de referência. O referido parecer, acompanhado do Relatório Mensal de Investimentos, será encaminhado ao Conselho Fiscal para fins de apreciação e deliberação. Não havendo mais itens a serem apresentados ou aprovados, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que segue devidamente assinada pelos presentes.

Leandro Marcelo Ludvig - Presidente do Conselho de Administração

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

Roseli Fabris Dalla Costa - Diretora Executiva do TOLEDOPREV

Certificação Profissional TOTUM: Avançado (CP RPPS CGINV III) – v. 08/11/2026

Tatiane Mendes Berto da Silva - Representante dos Segurados

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

Rosângela de Farias Cordeiro - Resp. pela Contabilidade - Contadora

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 07/01/2029



Documento assinado eletronicamente por **Roseli Fabris Dalla Costa, Diretor(a) Executivo(a) do ToledoPrev**, em 16/07/2026, às 07:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela de Farias Cordeiro, Membro do Comitê de Investimentos**, em 16/07/2026, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Mendes Berto da Silva, Membro do Comitê de Investimentos**, em 16/07/2026, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Marcelo Ludvig, Presidente do Conselho de Administração**, em 16/07/2026, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)

informando o código verificador **0205121** e o código CRC **4FF5BE55**.

